

www.crusoe.com.br - 06/03/2020



O MISTÉRIO DA ABIN PARALELA

Por que é imperativo investigar a denúncia de que um dos filhos do presidente quis montar um serviço de inteligência informal no coração do governo

POR FABIO SERAPIÃO

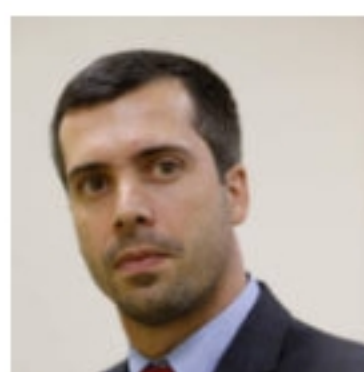


Placa na entrada da sede da Abin em Brasília: suspeita de operação política paralela

O mistério da 'Abin paralela'

Por que é imperativo investigar a denúncia de que um dos filhos do presidente planejou a criação de um serviço de inteligência informal no coração do governo

06/03/2020 01:42



FABIO SERAPIÃO

► OUVIR NOTÍCIA

Desde dezembro, quando a deputada Joice Hasselmann disse à CPMI das Fake News ter ouvido falar do plano de Carlos Bolsonaro de criar uma “Abin paralela” dentro do Palácio do Planalto, vaga por Brasília a suspeita sobre o uso da máquina de inteligência estatal para satisfazer interesses políticos e pessoais do clã presidencial. O objetivo do aparato proposto pelo filho 02 do presidente da República seria montar dossiês contra adversários e monitorar jornalistas. Na segunda-feira, 2, Gustavo Bebianno, ex-ministro

palaciano, não só confirmou o que a deputada havia dito, como agregou detalhes à história durante uma entrevista no programa Roda Viva, da *TV Cultura*. Segundo Bebianno, em “um belo dia”, Carluxo apareceu com os nomes de “um delegado federal e três agentes” para atuar na tal agência paralela. A justificativa era a desconfiança do filho de Bolsonaro em relação à Abin oficial. A ideia, disse o ex-ministro, teria sido levada ao conhecimento do general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, que ficou preocupado, mas deixou o tema a cargo de outro general, Carlos Alberto dos Santos Cruz, então titular da Secretaria de Governo, e do próprio Bebianno. Os dois ministros, então, teriam ido ao próprio presidente da República e feito um alerta: se o plano fosse colocado em prática, Jair Bolsonaro estaria correndo risco de sofrer um processo de impeachment. “De forma passiva, desviando, (o presidente) não enfrentou o assunto, e a coisa foi cozinhada”, afirmou Bebianno.

O ex-ministro diz que a ideia de Carlos surgiu logo no início da gestão de Bolsonaro. Além do presidente, do grupo que tratou do assunto só Heleno ainda está no governo. Bebianno foi defenestrado em fevereiro do ano passado após uma briga pública com o próprio Carluxo. Santos Cruz, até então homem de confiança e amigo pessoal de Bolsonaro, caiu em junho, na esteira de um print falsificado levado ao conhecimento do presidente com mensagens de celular em que ele aparecia falando mal do chefe e de seu filho. Pouco antes, em maio, Carlos emplacou no comando da Abin oficial o delegado federal Alexandre Ramagem, de quem ficara amigo ainda na campanha, quando o policial chefiou a equipe de segurança do então candidato Bolsonaro. Até aquele momento, Ramagem era funcionário da pasta do próprio Santos Cruz. Na PF desde o início dos anos 2000, o delegado passou pela Superintendência de Roraima, onde foi responsável pela delegacia de combate ao crime organizado. De sua passagem por lá, não há notícia sobre qualquer atuação na área de inteligência. Em 2011, mudou-se para Brasília e, na sede da PF, ocupou cargos pouco destacados até ser escalado para integrar as equipes responsáveis por grandes eventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Em 2017, ganhou mais visibilidade ao atuar na Lava Jato do Rio de Janeiro, em especial na Operação Cadeia Velha, que mirou desvios milionários envolvendo empresários e deputados do estado. No ano seguinte, foi designado para coordenar a segurança do então candidato Jair Bolsonaro. Foi então que os laços com a família hoje presidencial se estreitaram.



Bebiano no Roda Viva: "Aconselhamos o presidente a não fazer porque aquilo também seria motivo impeachment"

A Agência Brasileira de Inteligência é um órgão da Presidência da República pendurado na estrutura do Gabinete de Segurança Institucional. Foi criada em 1999, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, para substituir o Serviço Nacional de Informações, o SNI, utilizado pela ditadura para monitorar toda sorte de críticos dos militares alçados ao poder em 1964. À diferença de órgãos de investigação como a Polícia Federal, por exemplo, a Abin não tem por atribuição atuar em apurações criminais. Sua função precípua é auxiliar o presidente da República com informações estratégicas que possam servir em suas decisões. O foco é a proteção das fronteiras nacionais, a segurança de estruturas críticas, como redes de telecomunicações e dutos de petróleo, o monitoramento de agentes de serviços secretos estrangeiros interessados em informações estratégicas do Brasil, a prevenção de atos terroristas e a proteção de informações sensíveis, o que inclui as comunicações das altas autoridades da República.

Na prática, a agência recebe informações de vários outros órgãos, como a própria PF, a Receita Federal, o Coaf e o Banco Central, analisa e produz relatórios, sempre sigilosos, que são enviados ao Planalto. Em paralelo, deve estar atenta a informações relevantes angariadas a partir do trabalho de campo de seus espiões, em atuação dentro e fora do país, que contam com os préstimos de informantes generosamente remunerados com nacos da verba secreta anualmente destinada ao serviço. Tudo isso — ao menos é o que se espera — deve ser feito sempre de acordo com os ditames legais, previstos na Constituição

Federal. A produção efetiva da Abin, porém, é alvo de questionamentos e queixas há tempos. Alguns episódios da história recente são eloquentes. Os nossos espiões não descobriram, por exemplo, que a americana NSA, uma das várias agências de inteligência a serviço do governo americano, espionou por longo período o governo brasileiro. Nem informaram o Planalto com a necessária presteza de que Evo Morales ocuparia uma planta da Petrobras em solo boliviano. Um agente brasileiro a serviço em Caracas teve o apartamento invadido pelo serviço secreto chavista, que lhe roubou o computador pessoal e seu plano de trabalho no país vizinho. Isso sem falar no envolvimento de espiões (ou arapongas, para usar um epíteto que ganhou fama ao longo dos anos) em escândalos, como grampos ilegais.

Dida Sampaio/Estadão Conteúdo



Carlos Bolsonaro indicou o atual diretor-geral da Abin

A se considerar o que diz Bebianno, cujo relato ganha relevância por se tratar do primeiro vindo de alguém que tinha trânsito e prestígio no núcleo duro do governo, não era só a baixa eficiência da Abin que preocupava Carlos. E também não foi essa a razão primordial de ele ter proposto a criação de uma estrutura paralela, a cargo de policiais federais de sua estrita confiança. Segundo o ex-ministro, tudo indicava que o objetivo era criar condições para fazer serviços nada republicanos, como escarafunchar a vida de adversários do governo. “Imagino que era para ataque de adversários, montagem de dossiês, atacar políticos, jornalistas”, afirmou Bebianno. “Nós aconselhamos o presidente a não fazer aquilo porque também seria motivo de impeachment. Eu não sei se isso foi instalado porque depois eu acabei saindo do governo”, disse. É verdade que o ex-ministro virou inimigo figadal do governo, especialmente depois de ser demitido por Bolsonaro. Mas o relato, por

sua gravidade, merece apuração. Até mesmo para que não parem dúvidas se a estrutura foi ou não montada – e, caso tenha sido, seja possível descobrir para que serviu e se ela ainda está em atividade. Na entrevista, Bebianno se negou a revelar os nomes dos três policiais que o filho 02 do presidente queria levar para a “Abin paralela”. Com fontes que tiveram contato com o episódio, porém, **Crusoé** apurou que a lista incluía ao menos um policial que Carluxo conseguiu, depois, emplacar na estrutura oficial da Abin.

Não bastassem as confusões e as queixas recorrentes que pesam sobre o trabalho dos agentes da própria Abin, os casos recentes que envolvem a nomeação de policiais para a agência mostram o potencial explosivo dessa mistura. Ainda no início de seu governo, Lula nomeou para o comando do órgão o delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, da Polícia Civil de São Paulo. Não deu certo. Houve reação interna à escolha. Não faltava quem dissesse que o delegado estava lá para executar serviços para os chefes petistas – ele negava, obviamente. A certa altura, Lima e Silva enviou um e-mail a seus subordinados condenando as suspeitas da CPI dos Correios sobre o envolvimento de espiões da agência nas denúncias que resultaram no escândalo do mensalão. A mensagem, na qual ele se referia aos parlamentares da comissão como “bestas-feras em pleno picadeiro”, vazou. Fogo amigo, evidentemente. O delegado, que completava um ano no cargo, caiu. Mais tarde, Lula nomeou para o posto o delegado Paulo Lacerda, homem de sua confiança que havia chefiado a Polícia Federal. Desta feita, a confusão foi ainda maior. Lacerda foi acusado de montar dentro da Abin uma estrutura paralela para servir à Operação Satiagraha, do delegado Protógenes Queiroz, seu pupilo. Seguiram-se suspeitas de grampos ilegais e de atuação clandestina de oficiais pagos pela agência.

Marcos Oliveira/Agência Senado



delegado Ramagem: conexão direta com a família presidencial

O caso de agora, que envolve a denúncia da “Abin paralela” proposta por Carlos Bolsonaro, torna-se ainda mais importante quando se leva em conta o retrato da relação existente hoje entre a agência e o Planalto. Oficiais de inteligência ouvidos por **Crusoé** sob a condição de anonimato afirmam que o atual comando passa longe da batuta do chefe do GSI, Augusto Heleno. Ramagem, o delegado indicado pelo filho de Jair Bolsonaro, tem canal direto com a família presidencial e, por isso, trabalha com autonomia em relação ao general. Ele levou para Abin outros policiais federais de sua confiança e chegou com o discurso de que é preciso modernizar a agência, investindo em tecnologia. A autonomia em relação a Heleno, por vezes, causa situações de desconforto. Tanto é assim que, hoje, o canal de comunicação de Heleno com a Abin passa ao largo de Ramagem. O contato dileto do ministro na agência é o diretor-adjunto, Frank Márcio de Oliveira, um oficial de carreira que já estava no posto de 02 quando o delegado federal assumiu o comando. O, digamos, comando duplo faz com que os servidores do órgão enfrentem dificuldades no dia a dia. Não raro há divergência de orientação.

Canal Unico! O Jornaleiro

No ano passado, o orçamento da Abin foi de 713 milhões de reais. Para este ano, a agência terá ao menos outros 650 milhões para gastar. O órgão tem hoje 1,3 mil funcionários, incluindo os que atuam em áreas administrativas e os profissionais de campo. Em resposta a um pedido de informações de **Crusoé** sobre as declarações de Gustavo Bebianno acerca da tal “Abin paralela”, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República informou que não se manifestaria sobre o assunto. Procurados, o GSI e a Abin também silenciaram. Assim como nos Estados Unidos, no Brasil cabe a uma comissão do Congresso Nacional fiscalizar o trabalho dos órgãos de inteligência, incluindo a Abin. Só que, por aqui, a tarefa não é cumprida a contento. Até mesmo as reuniões do grupo, composto por deputados e senadores, são raras. Atualmente, a comissão é presidida pelo senador Nelsinho Trad e tem como vice-presidente o deputado Eduardo Bolsonaro, irmão de Carlos.



Na disputa pelo controle da execução orçamentária, Bolsonaro cede ao Parlamento: os "chantagistas" levaram 19 bi

Acordo ou desacordo?

Apesar da insistência em negar a realidade, o presidente Jair Bolsonaro sela entendimento com o Congresso e permite que os parlamentares tenham poder sobre quase 20 bilhões de reais do Orçamento

06/03/2020 01:42



HELENA MADER

► OUVIR NOTÍCIA

Em 1929, no auge da grande depressão econômica mundial, o surrealista belga René Magritte pintou uma das obras mais simbólicas da história da arte. Batizado de “A traição das imagens”, o quadro traz a imagem de um cachimbo sobre uma inscrição em cuidadosa letra cursiva, que diz: “isto não é um cachimbo”. A desconexão completa entre as palavras e a figura gera conflito, desconforto e faz da obra um ícone do nonsense. Nesta

semana, o presidente Jair Bolsonaro protagonizou um episódio de incongruência entre discurso e realidade comparável ao surrealismo da obra de Magritte. Mesmo depois de negociar com parlamentares e de destacar dois de seus principais ministros para participar das tratativas com as raposas mais felpudas do Congresso, Bolsonaro afirmou que o acordo não era acordo. Na hora de exhibir o pacote já pronto para a militância, orientou seus auxiliares a recorrerem a um malabarismo retórico. O inconfessável acordão seria um “entendimento”. O uso de eufemismos são práticas usuais de governantes que se recusam a chamar as coisas pelo nome. Na verdade, pressionado por parte expressiva de seu eleitorado, que abomina o Legislativo e suas práticas, o presidente empreende mais um esforço para negar o irrefutável: ao fim e ao cabo, o Planalto cedeu, sim, à pressão do Congresso pelo controle da execução orçamentária. Sem partido e capacidade de articulação política, mais uma vez Bolsonaro capitulou.

O trato começou a ser colocado em marcha na última quarta-feira, 4. No início da noite, o Congresso aprovou por 398 votos a 2 a manutenção dos vetos de Bolsonaro ao Orçamento impositivo, que dava ao Parlamento o poder de definir a destinação de 30 bilhões de reais. Como para derrubar um veto são necessários os votos da maioria absoluta de ambas as casas (257 deputados e 41 senadores), a matéria não precisará ser analisada pelo Senado. A contraparte do acerto será sacramentada na semana que vem, a partir da votação de projetos enviados ao Legislativo pelo próprio governo que devolvem aos parlamentares a prerrogativa de gerir até 19,7 bilhões de reais. Mesmo assim, o presidente jogou para a plateia. “Não houve qualquer negociação em cima dos 30 bilhões. A proposta orçamentária original do governo foi 100% mantida”, comemorou Jair Bolsonaro em suas redes sociais, tentando criar uma cortina de fumaça para obnubilar o incontestado acordo com o Legislativo. “Independência entre os Poderes e respeito à democracia é o que o povo deseja no Brasil”, acrescentou.

O presidente pode ser useiro e vezeiro em usar a ficção para reconstruir a realidade ao sabor de seus interesses, mas o mundo real nem sempre comporta tamanho atentado aos fatos. Não é possível refutar, por exemplo, por mais que se queira criar uma narrativa capaz de alimentar a ilusão da torcida organizada, que dois de seus principais ministros estiveram na linha de frente das negociações com o Congresso. Na segunda-feira, 2, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu-se com o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, na residência oficial do Senado, para tratar do tema. O encontro durou mais de duas horas. Na manhã seguinte, Guedes cancelou uma reunião que teria com integrantes de entidades

civis, como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua, para discutir as bases do acordo com o próprio Bolsonaro, no Palácio do Planalto. Um almoço entre os dois sacramentou a concertação entre o Executivo e o Legislativo, ratificada um dia depois em entrevista coletiva concedida por auxiliares de Guedes no Ministério da Economia. Na outra ponta, coube ao ministro da Secretaria de Governo, o general Luiz Eduardo Ramos, a combinação com os russos – no caso, o comando do Legislativo – a fim de evitar ruídos de qualquer natureza.

Agência Senado



Para Major Olímpio, os 19 bilhões de reais são “o preço da prostituição”

A tarefa de gerir os 19,7 bilhões de reais conquistados pelo Congresso ficará sob a responsabilidade do relator do Orçamento, Domingos Neto, do PSD do Ceará. “Existe hoje na Lei de Diretrizes Orçamentárias um dispositivo que permite ao relator oficializar qualquer ministério, determinando a alteração de dotação orçamentária, sem que haja qualquer estudo de impacto. Isso não é correto, é antidemocrático”, criticou o deputado Marcel Van Hatten, do Partido Novo. Embora seja o dono da caneta, Domingos Neto age em sintonia fina com os caciques do Legislativo. Em seu terceiro mandato, o deputado tem apenas 31 anos, mas o poder de um autêntico representante do alto clero. Ex-líder do PSD na Câmara e pupilo do presidente da sigla, Gilberto Kassab, o jovem atua também sob a orientação de Rodrigo Maia, de quem se aproximou pela semelhança de temperamentos. Os colegas o descrevem como diplomático e bom articulador político. Sem alarde, ele cresceu na estrutura de poder do Congresso e, para ascender à relatoria do Orçamento, obteve o aval do líder do Centrão, Arthur Lira, do PP de Alagoas.

A Constituição determina que compete privativamente ao presidente da República “exercer, com o auxílio dos ministros, a direção superior da administração federal”. Ou seja, o chefe do Executivo tem a incumbência de gerir o estado, observando as diretrizes que melhor lhe convierem e com o poder outorgado pelos eleitores. Em 2015, o Congresso começou a avocar para si parte dessa responsabilidade constitucional com a aprovação do Orçamento impositivo. A regra obriga o governo a pagar as emendas apresentadas pelos parlamentares. Desde então, a parcela do Orçamento gerida na prática pelo Legislativo foi ampliada e hoje há imposição para execução de emendas individuais, de comissão, de bancada e de relator. O que chama atenção, agora, são os valores envolvidos. Nunca os parlamentares tiveram tanto dinheiro à disposição para manejar. Pelo acordo selado nesta semana, e que será encerrado com a aprovação de três projetos de lei na semana que vem, o governo ficará com o controle de 101 bilhões de reais em receitas não carimbadas, ou seja, que podem ser usadas para investimentos. Caberá ao Congresso quase 20% do montante total à disposição do Poder Executivo.

O problema de entregar o destino de mais de 19 bilhões de reais nas mãos dos parlamentares é justamente para onde vai o dinheiro. As chamadas emendas parlamentares foram criadas para atuar como um instrumento para a melhoria das condições de vida da população em cidades com orçamento precário. No mundo ideal, abrir a possibilidade para que deputados e senadores definissem a destinação de parte dos recursos da União seria uma maneira de descentralizar a aplicação do dinheiro público. Mas, na prática, as emendas têm se revelado um duto para a corrupção. As emendas parlamentares estiveram no epicentro de vários escândalos recentes da política nacional. O primeiro deles foi o escândalo dos Anões do Orçamento, desvendado em 1993. A ele se somaram tantos outros que, no geral, funcionam de seguinte forma: o recurso previsto na emenda, antes mesmo de chegar ao seu destino final, é rateado entre a prefeitura, o parlamentar e o empresário que ficará responsável pela obra – normalmente alguém que contribuiu com a campanha do deputado ou do senador. Quando a obra é realizada, o que nem sempre acontece, o seu custo não ultrapassa, muitas vezes, sequer a metade do dinheiro liberado. Ou seja, além de superfaturada, a obra acaba sendo de qualidade duvidosa e, portanto, não se traduz, como deveria, em melhoria de vida da população.



Relator do Orçamento, Domingos Neto age em sintonia fina com os caciques

Os parlamentares estão confiantes de que o combinado será cumprido. Os três projetos de lei que ungem o acordo entre Legislativo e Executivo podem até enfrentar a resistência de alguns grupos e partidos, mas devem ser aprovados sem grande dificuldade na próxima semana. “A gente precisa acreditar na palavra dos senadores. Porque, se não, acabou, não se vota mais nada por um bom período”, argumentou um otimista Rodrigo Maia. Ao lado de Alcolumbre, o presidente da Câmara dos Deputados comandou as tratativas para manter sob a caneta do Congresso uma parcela expressiva do Orçamento. Parlamentares bolsonaristas estão entre os que bradam contra o acordo e ameaçam entrar em obstrução a fim de tumultuar a votação dos projetos de lei que regulamentam o Orçamento impositivo. Entre os aliados do Executivo que prometem dificultar a unção do acerto está o senador Major Olímpio, do PSL. Ele classificou os 19 bilhões de reais como “o preço da prostituição” e afirmou tratar-se de um “acordo macabro”. “Enquanto não mudarmos de presidencialismo para parlamentarismo, quem dirige o Poder Executivo é Jair Bolsonaro. Nós, do movimento Muda Senado, lutamos pela manutenção das garantias que o povo deu ao presidente para ser o gestor dos recursos públicos, com a estrutura do estado brasileiro, e não com esse compadrio safado que querem fazer aqui”, criticou o senador. “Quem é amigo do rei, quem é amigo do relator, dos presidentes das casas, terá sua região irrigada, para garantir eleições municipais. É uma safadeza que se faz com recurso público. O relator do Orçamento não pode ficar com o dinheiro total previsto para seis ministérios”, detonou o parlamentar.

Bolsonaro, no entanto, segue a exercitar o que tem feito de melhor desde que assumiu o poder: a prática do jogo duplo. Enquanto publicamente esgrima argumentos para parecer que se situa na trincheira oposta à do Congresso dos “chantagistas”, intramuros já prometeu controlar sua tropa de choque para evitar sobressaltos. A divulgação do PIB de 2019, na última quarta-feira, constituiu um choque brutal de realidade para o governo. No ano, o país cresceu apenas 1,1%, o menor percentual dos últimos três anos. A pauta econômica é a vitrine do presidente e, a persistirem os resultados desfavoráveis, a reeleição pode ficar sob risco, temem assessores palacianos. A retomada econômica só será acelerada com a aprovação de reformas. Por isso também, Bolsonaro acena ao Congresso, seguindo a orientação de seus auxiliares mais pragmáticos. É uma equação complicada. Se é verdade que é preciso negociar, também não é menos verdadeiro que ficar permanentemente refém de um Congresso inconfiável pode fazer com o que o governante, qualquer que seja ele, perca as rédeas do próprio governo. E a história é pródiga em ensinar no que isso pode dar. Com ou sem contornos de surrealismo.



Marcelo Crivella: doação de empresário acusado de ligação com a milícia

Entre a milícia e o gabinete

Uma nova etapa da investigação sobre o Escritório do Crime revela personagem que doou dinheiro para uma campanha de Marcelo Crivella e presta serviços para a prefeitura do Rio

06/03/2020 01:42



HUDSON CORRÊA

► OUVIR NOTÍCIA

Uma nova fase da investigação sobre o Escritório do Crime — como é conhecida a mais antiga milícia em atividade no Rio de Janeiro — levanta suspeitas de que integrantes da quadrilha tenham negócios com órgãos públicos. Segundo os promotores de Justiça, a

milícia era chefiada pelo ex-capitão da PM Adriano da Nóbrega, morto pela polícia na Bahia, no começo de fevereiro. A nova denúncia do Ministério Público — até aqui mantida em sigilo e obtida por **Crusoé** — revela que dois empresários suspeitos de financiar o Escritório do Crime têm contratos milionários com a Prefeitura do Rio. Eles prestam serviço de locação de carros, incluindo os veículos blindados usados pelo prefeito Marcelo Crivella, sua família e assessores mais próximos.

Desgastado no cargo pelos problemas na área de saúde, na conservação da cidade e pela falta investimentos, Marcelo Crivella (Republicanos) se aproximou recentemente de Bolsonaro na tentativa de ampliar suas parcas chances de reeleição. Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, o prefeito é sobrinho de Edir Macedo, dono da *TV Record*. Na segunda-feira, dia 2, em busca de melhorar sua imagem, Crivella visitou um bairro castigado pelas chuvas. Culpou a população local por jogar lixo nas ruas e ignorou as suspeitas de que milicianos afetaram o escoamento de água com a construção ilegal de prédios. Enquanto fazia as declarações, o prefeito foi atingido nas costas por um punhado de barro lançado por um morador.

Canal Unico! O Jornaleiro

Crivella e seus familiares circulam pela cidade em veículos blindados. Neles, o prefeito fica longe da lama dos bairros, mas nem por isso distante dos tentáculos das milícias. A empresa CWM Rent a Car Locadora que fornece veículos com o combustível à prefeitura pertence ao empresário Murad Mohamad, preso na segunda fase da operação contra o Escritório do Crime, no final de janeiro, e denunciado sob acusação de fazer parte do grupo criminoso.

O site de transparência da Prefeitura do Rio informa que a CWM tem contratos ativos de 25,4 milhões de reais, dos quais 17,1 milhões se referem ao fornecimento de carros usados pelo prefeito, a mulher, os dois filhos e seu staff mais próximo. Crivella alega que os filhos também têm direito à proteção paga com dinheiro público. O contrato, que teve início ainda na gestão do ex-prefeito Eduardo Paes, do Democratas, foi prorrogado na administração de Crivella. Terminaria em maio de 2019, mas se estenderá pelo menos até maio de 2020.

Em documento enviado à Câmara de Vereadores, a Casa Civil de Crivella informou que a CWM cobra 19 mil reais por mês por um blindado de nível 2 (mais resistente a armas de fogo), 12 mil pelo blindado nível 1 e 4,8 mil pelos veículos executivos. Ao todo, são 31 carros locados. Durante 2019, a Casa Civil pagou 3,3 milhões à empresa de Mohamad.



MP do Rio: acusação liga empresários a esquema do Escritório do Crime

Além dos contratos de locação prorrogados pela prefeitura, há outro elo entre o empresário e o prefeito. Em 2014, ele fez um depósito em espécie de 38 mil reais para a campanha de Crivella, então candidato a governador — ele acabou não se elegendo. Foi a única colaboração de Mohamad naquele ano, segundo registros da Justiça Eleitoral.

Filho de Murad Mohamad, o empresário Omar Mohamad, também preso na operação contra o Escritório do Crime, é sócio da empresa Global Rent a Car, dona de contratos ativos de 5 milhões de reais iniciados na gestão de Crivella. Além do ramo de locação de automóveis, pai e filho atuam na área de imobiliária e nesse ramo estaria o principal envolvimento deles com as milícias.

Ao realizarem a prisão de Mohamad e do filho, os investigadores se surpreenderam com a mansão onde a família mora no alto de um morro com a floresta da Tijuca ao fundo. Uma sala de cinema, carros de luxo e a enorme piscina chamaram a atenção dos policiais, além da grande quantidade de cômodos. Mohamad e o filho mantiveram-se calmos. O pai perguntou se, antes de ir preso, poderia deixar uma quantia para a família se manter. Entregou então um maço de dinheiro para a filha e lhe passou orientações durante uma conversa em árabe.

O Ministério Público do Rio acusa Mohamad e o filho de financiarem o Escritório do Crime com pagamentos da “taxa de segurança” aos milicianos, em troca de aval para negócios imobiliários na região de Rio das Pedras, onde a milícia atua, na Zona Oeste da cidade. Os promotores obtiveram mensagens de celulares com fotos de ao menos quatro cheques, no valor de 50 mil reais cada um, emitidos pela empresa Irmãos Murad Empreendimentos Imobiliários, que pertence a Mohamad. O dinheiro ia para a conta de laranjas da quadrilha. Há também mensagens sobre pagamentos entre o empresário e suspeitos de integrarem a milícia.

Canal Unico! O Jornaleiro

Baseados em escutas telefônicas, os promotores afirmam que Mohamad também vendia carros para o Escritório do Crime e fazia adulterações de peças, como o hodômetro, que mede a distância percorrida por veículo. O empresário ainda é suspeito de pagar propina a um funcionário da prefeitura para tramitação de um processo de seu interesse na Fundação Parques e Jardins, que cuida do paisagismo da cidade.

Além de Mohamad e seu filho, o Ministério Público denunciou outras 43 pessoas na segunda fase da operação contra o Escritório do Crime, entre elas um capitão aposentado da PM, ex-policiais militares e dois agentes da 16ª Delegacia da Polícia Civil, localizada na Barra da Tijuca, área de interesse dos negócios da quadrilha, principalmente por abrigar cassinos clandestinos. Um dos agentes recebia 2 mil reais para não incomodar os criminosos. As tratativas aconteciam por áudios de WhatsApp, aos quais **Crusoé** teve acesso. A propina, segundo o MP, era chamada de “galão”. O agente conversava com um acusado que está foragido da Justiça, o que mostra a ousadia dos criminosos.



Adriano da Nóbrega, morto no mês passado, era apontado como o chefe do grupo criminoso

Os celulares e material apreendido nas casas dos suspeitos vão alimentar novas investigações sobre o Escritório, que, mesmo após as prisões, continua em funcionamento. A milícia tem esse nome devido aos diferentes delitos que pratica: do comércio de gás de cozinha, transporte alternativo, TV a cabo pirata ao ramo imobiliário, com a construção ilegal de imóveis para venda e aluguel. Os milicianos também tinham uma agência de pistolagem responsável por vários homicídios, segundo o Ministério Público.

Ainda falta esclarecer que relações o ex-capitão Adriano da Nóbrega — apontado como chefe do bando — mantinha com o poder público e políticos. Em 2005, mesmo preso por homicídio, ele recebeu a medalha Tiradentes do então deputado estadual e hoje senador Flávio Bolsonaro. Recentemente, o presidente Bolsonaro afirmou que a iniciativa da homenagem partiu dele. Flávio também empregou a ex-mulher e a mãe de Adriano em seu gabinete na Assembleia até o final de 2018. As duas são investigadas no inquérito que apura o “rachid” e no qual Flávio é suspeito de embolsar parte salários dos servidores, em um esquema de lavagem de dinheiro que ele nega.

O MP está periciando onze celulares apreendidos com Adriano no sítio em Esplanada, no interior da Bahia, onde ele foi morto por policiais após supostamente reagir à prisão. Bolsonaro chegou a levantar a hipótese de crime de queima de arquivo, versão que esfriou após realização de nova necropsia no corpo do ex-capitão.

As milícias serão um dos principais assuntos das eleições municipais deste ano no Rio de Janeiro, onde mantêm currais eleitorais. Crivella iniciou seu mandato com um afrouxamento na fiscalização do transporte alternativo de vans, um dos ramos de atuação dos milicianos. Numa escuta telefônica da investigação sobre a milícia de Muzema, na região de Rio das Pedra, um dos criminosos sob investigação afirma, em conversa de dezembro de 2018, que se encontrou com o filho do prefeito para tentar evitar a demolição de prédios ilegais na favela. Marcelo Hodge, filho do prefeito, negou.

A prefeitura do Rio afirma que CWM Rent a Car Ihe presta serviços há cinco anos, dentro do prazo previsto em lei, e que em janeiro abriu licitação para contratar duas novas locadoras. O resultado foi publicado no Diário Oficial de quinta-feira, 5. Uma das vencedoras, a Haddad Rent a Car, funciona numa sala ao lado da CWM e seus donos são familiares do sócio de Murad Mohamad. A CWM continuará atendendo o prefeito até maio. A assessoria não respondeu se Crivella conhece Omar e Murad Mohamad e nem explicou se a Global Rent a Car, que também pertence aos empresários, seguirá contratada. O advogado Heraldo Assed lunes, que representa os empresários, diz que eles não têm qualquer ligação com milícias e apenas mantinham uma área em Rio das Pedras para guardar os veículos de suas locadoras.



O posto da Lava Jato agora tem uma lavanderia (agora, de roupas) no lugar da antiga casa de câmbio

Festa no marco zero

Além de ponto turístico, o posto de gasolina de Brasília que há seis anos foi ponto de partida para a Lava Jato continua a ser palco para delitos

06/03/2020 01:42



RENATO ALVES

► OUVIR NOTÍCIA

Brasília, manhã de 17 de março de 2014. Policiais federais cumprem uma ordem de busca e apreensão no Posto da Torre, no centro da capital. Vão atrás de provas contra uma organização criminosa especializada em lavagem de dinheiro. A operação é batizada

de Lava Jato, muito embora no local não funcionasse, àquela altura, um serviço de lavagem de carros. A lavagem que havia ali era de outra ordem. Os investigadores já tinham ideia que o posto funcionava como uma espécie de central de distribuição de propinas a políticos. Eles estavam prestes a puxar o novelo que desaguaria na maior ação anticorrupção da história do país. Passados seis anos, a operação continua ativa, assim como o posto, hoje administrado por parentes de seu fundador, o doleiro Carlos Habib Chater. Primeiro preso da Lava Jato, Chater foi condenado três vezes e suas penas somam mais de 21 anos. Ele ganhou a liberdade após ficar um ano e sete meses na cadeia pela primeira sentença. As outras duas ainda não transitaram em julgado. Não se sabe se continua a delinquir, mas, agora com o lava jato que não tinha antes, o negócio cresceu e, depois de tudo, o marco zero da Operação Lava Jato continua a ser uma central de delitos de todo tipo, em especial durante as madrugadas, quando traficantes vendem drogas no complexo comercial que, além de vender combustíveis, também é bar, lanchonete, lavanderia e minimercado.

Canal Unico! O Jornaleiro

A menos de três quilômetros da Praça dos Três Poderes, o Posto da Torre é cercado por hotéis de todos os níveis e vizinho de uma das mais caras churrascarias de Brasília, onde no início dos anos 2000 funcionou um dos negócios da família Chater — uma casa de apostas que tinha como atrativo máquinas caça-níqueis. Os mais luxuosos hotéis da região costumam receber políticos, empresários e outros personagens do poder nacional. Participantes de eventos corporativos realizados na capital estão entre os principais frequentadores do posto. Eles e moradores da cidade enchem as mesas do bar do estabelecimento, geralmente a partir das 20 horas das quartas e quintas-feiras, quando Brasília ferve. É tanta gente que faltam cadeiras. Muitos ficam em pé, com garrafa de cerveja à mão, em rodas de conversas animadas, próximos à loja de conveniência que, além dos itens comuns a qualquer estabelecimento do tipo, oferece bebidas alcoólicas em dose. Como num típico botequim, as opções vão das mais baratas pingas a uísques medianos. De um lado, uma também muito concorrida lanchonete de comida árabe vende salgados, sanduíches e tira-gostos. Do outro, um armazém exhibe na vitrine bebidas e outros produtos árabes, como acessórios e ingredientes para o narguilé.



complexo, no coração de Brasília, é administrado por uma irmã do doleiro Habib Chater

O armazém não tem nada de inocente. Além de alimentar vícios, ele serve como ponto de contato entre os clientes e as prostitutas que fazem dali um ponto de encontro. Mulheres e travestis circulam pelas ruas ao redor dos hotéis oferecendo seus serviços. Sentados em poltronas, em um recinto iluminado apenas com luzes coloridas como as de uma boate, homens e mulheres combinam preços e até fazem as preliminares de um programa sexual ali mesmo. Programas que variam de 50 a 150 reais, a depender do que o cliente quer e onde será realizado. Se não tiver um quarto de hotel, não há problema. As mulheres aceitam manter relações em carros e até mesmo ao relento. Em uma das três noites em que **Crusoé** esteve no posto, três mulheres ofereceram seus serviços. Uma delas, que dizia ser de Goiás e ter 27 anos, cobrava 50 reais, desde que não fosse nada demorado. Ela diz atender clientes ali do lado, sobre cadeiras e mesas de um ponto de táxi vazio nas madrugadas. Após ouvir a negativa do repórter, ela entrou no armazém, de onde saiu meia hora depois, de mãos dadas com um homem bem mais velho. Os dois deixaram o local em um Audi novo.

Prostitutas não vão ao posto atrás apenas de clientes. Elas também buscam drogas, que compram, sem dificuldades, de traficantes que agem livremente, como os dois homens que,

de tênis, camiseta e calça jeans, abordaram, separadamente, em noites distintas, o jornalista enquanto ele ocupava uma das mesas sobre a calçada em frente às lojas. Sem rodeios, ofereceram entorpecentes. Qualquer um. Basta o interessado pedir. Cocaína, eles tinham à mão. As demais drogas, diziam, trariam “rapidinho”. Logo após ouvirem um “não”, os dois abordaram outros clientes. Ao menos dois deixaram suas mesas na companhia dos traficantes e voltaram minutos depois. Identificar os criminosos é fácil. Basta qualquer investigador pedir as imagens das 16 câmeras de monitoramento das lojas, que ainda conta com vigilantes que, aparentemente, têm como única missão afastar pedintes das mesas dos clientes. Por ali, assim como os grandes delitos de antes, os pequenos de agora correm soltos.

Adriano Machado/Crusoé



Quando a operação começou, não havia um lava jato, mas agora tem

Nem só de diversão vive o posto. Há, claro, aqueles que vão até lá aproveitar as constantes promoções em suas 16 bombas de combustíveis. Elas costumam vender etanol, gasolina e diesel a preços mais baratos do que a maioria dos postos de Brasília. Com isso, atraem uma média de 3.500 veículos por dia, que consomem 50 mil litros de combustíveis, segundo números da ANP, a Agência Nacional do Petróleo. Quem paga em cash paga menos. A regra vale também para os serviços do centro automotivo, que, além de lavagem expressa de carros, tem borracharia, troca de óleo, alinhamento e balanceamento. O barato, porém,

pode sair caro — assim como ensinou a Lava Jato lá atrás. O posto teve a autorização cassada em 2002 e 2006 por falhas no equipamento e adulteração de combustíveis. Dez anos depois, o estabelecimento foi acusado de operar bombas com vazão menor do que o permitido. Em março de 2019, foi multado três vezes por usar equipamentos defeituoso e por não manter atualizados os documentos necessários para exercer a atividade.

Carlos Habib Chater, parceiro de negócios do doleiro paranaense Alberto Youssef, que tinha no estabelecimento do colega uma espécie de sucursal em Brasília, chegou a retomar formalmente a administração do Posto da Torre no fim de 2016, após deixar a cadeia. Em 2019, depois da terceira condenação, ao menos no papel passou o comando da empresa para uma das duas irmãs. Com a operação da PF e do Ministério Público Federal, o posto que deu origem à Lava Jato perdeu a sua casa de câmbio, que fez de Chater o maior doleiro da região Centro-Oeste, segundo o próprio declarou em depoimento ao então juiz Sergio Moro. Sem confessar seus crimes, ele nunca delatou ninguém. No lugar da loja onde eram vendidas e compradas moedas estrangeiras agora há uma lavanderia — de roupas. Dólares e euros, como **Crusoé** mostrou semanas atrás, agora é possível comprar em estabelecimentos vizinhos. Na denúncia apresentada à Justiça após as investigações da Lava Jato, o Ministério Público destacou que todos os empreendimentos abertos no Posto da Torre sempre foram administrados por laranjas de Chater, funcionários e parentes, muitos deles já condenados por lavagem de dinheiro, falsificação de documentos públicos e evasão de divisas. As lojas preferiam dinheiro vivo como pagamento para ter o cash necessário na hora de fazer as transações sujas. No próximo 17 de março, a Lava Jato completa seis anos sem saber ao certo quanto tempo durará seu legado — especialmente pelo esforço da política para freá-la. No posto onde tudo começou, porém, a festa do crime é permanente.



Joe Biden: agora, expectativa por engajamento de Obama na campanha

A virada de Biden

O esforço dos democratas para enfraquecer o esquerdista Bernie Sanders dá certo e Joe Biden avança na corrida para enfrentar Trump

06/03/2020 01:42



FABIO LEITE

► OUVIR NOTÍCIA

Foi na Carolina do Sul, terra natal de James Brown, aquele que um dia imortalizou na música o poder de voltar e se levantar (*Get up offa that thing*), que o ex-vice-presidente Joe Biden ressuscitou na corrida presidencial dos Estados Unidos. Graças ao amplo apoio da comunidade negra, a mesma onde nasceu o “rei do soul”, Biden pôde se levantar no último sábado e dizer aos eleitores do Partido Democrata que estava de volta ao jogo. A vitória do

fim de semana no pequeno estado do sudeste foi mais do que simbólica. Além de dar confiança à campanha do pré-candidato, ela atraiu duas importantes adesões políticas que ajudaram Biden a conseguir um feito histórico três dias depois, na famosa Superterça. Contrariando as pesquisas, o ex-vice de Barack Obama venceu em dez dos 14 estados em disputa e ultrapassou o senador Bernie Sanders em número de delegados, tornando-se o grande favorito para enfrentar o presidente Donald Trump na eleição de novembro.

Analistas políticos passaram a quarta-feira decifrando números e tecendo teses para tentar explicar o fenômeno Biden, mas foi o próprio presidente americano, com o sarcasmo que lhe é peculiar, quem interpretou os fatos da forma mais crua. “O establishment democrata uniu-se e esmagou Bernie Sanders, DE NOVO!”, twittou Trump. De fato, o establishment democrata uniu-se em torno de Biden para evitar que Sanders, o senador “socialista democrático” que tem ideias consideradas muito radicais, deslanchasse na dianteira. Mas para que isso ocorresse Biden precisava mostrar que ainda mantinha os sinais vitais. E os sinais vieram na acachapante vitória na Carolina do Sul, que, além dos delegados, trouxe na bagagem o apoio do ex-prefeito Pete Buttigieg e da senadora Amy Klobuchar, que abandonaram a disputa.

O grande feito na Superterça também rendeu a Biden o apoio de outro expoente do establishment democrata, o bilionário Michael Bloomberg. Mesmo gastando mais de 400 milhões de dólares na campanha, o ex-prefeito de Nova York protagonizou um dos maiores fiascos da história das primárias americanas. O magnata torrou dinheiro com propagandas na TV e deixou para entrar oficialmente nas prévias apenas na Superterça. Com apenas 23 dos chamados “grandes eleitores” conquistados até a noite desta quinta-feira, 5, “mini Mike” fez jus ao apelido dado por Trump. Biden já havia amalhado 566 delegados, ante 495 de Sanders. Fora do páreo, Bloomberg prontamente prometeu empenho na candidatura do ex-vice-presidente. Para ele, Biden é o único que tem chances de desbancar o presidente republicano na eleição. “Três meses atrás, entrei na corrida para presidente para derrotar Donald Trump. Hoje, estou saindo da corrida pela mesma razão: derrotar Donald Trump”, disse Bloomberg. O ex-prefeito carece de capital político, mas não lhe falta capital em dólares. O magnata previu gastar até 1 bilhão na eleição presidencial. Ainda resta a metade do budget.



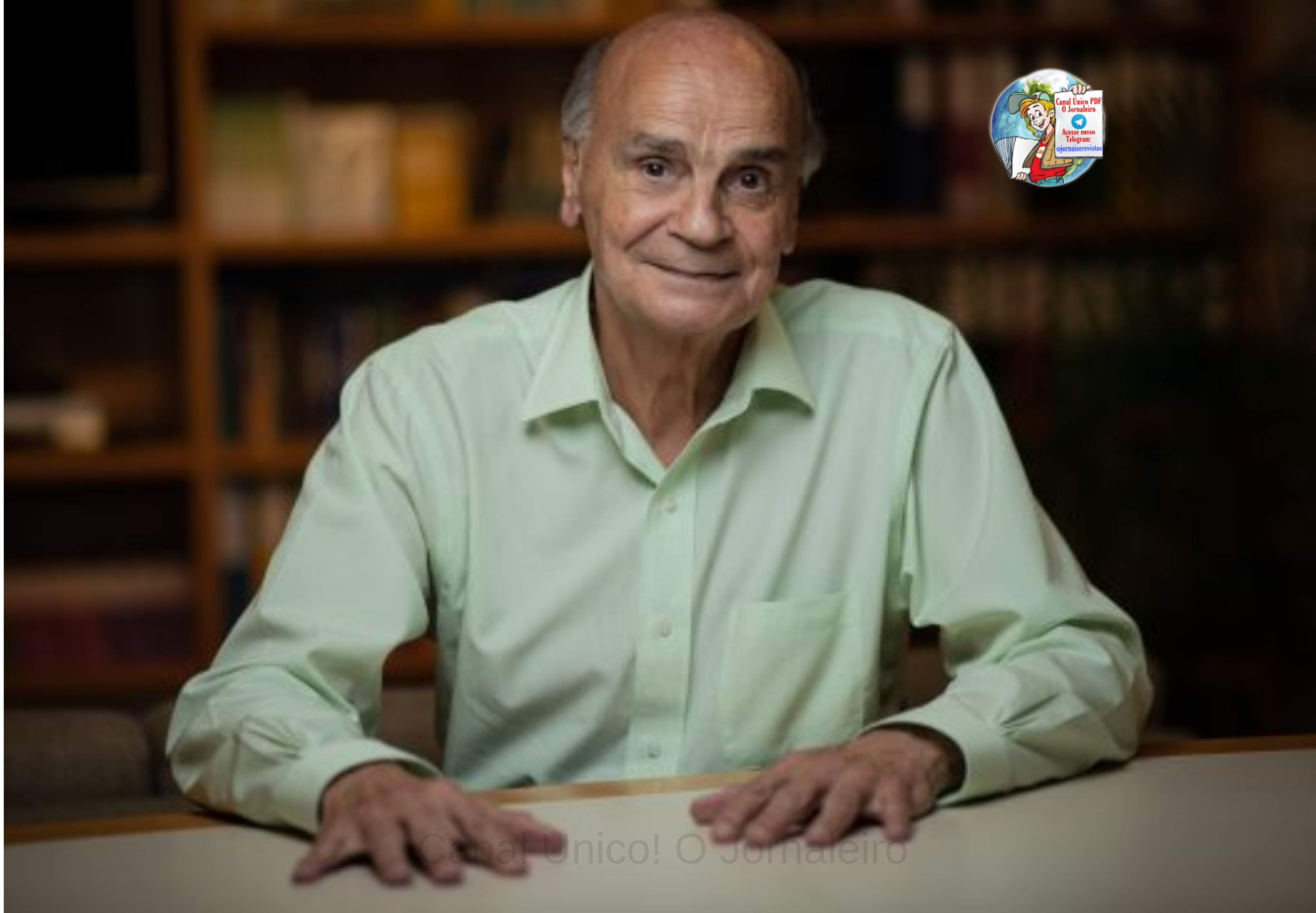
Bernie Sanders: os democratas se unem para deixá-lo pelo caminho

O pragmatismo externado por Bloomberg virou a tônica dentro do Partido Democrata. É praticamente consenso que somente uma candidatura mais moderada é capaz de impedir a reeleição de Donald Trump em novembro, embora Sanders ainda apareça à frente do presidente em algumas pesquisas. Para os partidários de Biden, a eleição de 2016 serve de exemplo. Na ocasião, a então candidata democrata Hillary Clinton bateu Trump no voto popular, com uma vantagem de quase 3 milhões de votos, mas perdeu a Casa Branca no colégio eleitoral, que é definido pelo número de delegados conquistados pelos candidatos em cada estado. O republicano venceu em 30 dos 50 estados, levando todos os seus delegados e abrindo uma vantagem de 34% no número de “grandes eleitores”. Nos EUA, muitos estados são historicamente dominados por cada um dos partidos. É o caso do Texas, reduto republicano, e de Nova York, território democrata. A eleição, então, se define nos chamados “estados-pêndulo”, que apresentam resultados variáveis a cada eleição. A Carolina do Norte, onde Trump venceu em 2016, é um deles. Para o establishment democrata, a vitória esmagadora de Biden sobre Sanders nesse estado, com uma vantagem de quase 20 pontos percentuais, é um forte indicativo de que o ex-vice-presidente é, de fato, um nome mais competitivo que o do senador esquerdista na corrida presidencial.

Outro aspecto que põe em descrédito o potencial de Sanders no colégio eleitoral é que seus melhores desempenhos ocorreram em estados que já são tradicionalmente dominados pelos democratas, como Califórnia e New Hampshire. Entre os principais apoiadores de Sanders, estão os eleitores jovens e latinos. Mas no Texas, por exemplo, onde os republicanos são fortes eleitoralmente, esperava-se que Sanders derrotasse Biden. O ex-vice-presidente, no entanto, venceu com uma surpreendente folga. Representando uma candidatura de esquerda dentro do Partido Democrata, o senador independente sofre considerável rejeição do eleitor mais conversador do meio-oeste americano, como os moradores dos estados de Iowa, Missouri e Oklahoma, onde Trump venceu Hillary em 2016. Em Minnesota, outro estado da região, Sanders liderava as pesquisas, mas perdeu para Biden, favorecido pelo apoio de Klobuchar, senadora por aquele estado. Desde que chegou à Casa Branca, Trump tem dito que fará da região um campo de batalha para pintá-la de vermelho, a cor republicana, na eleição deste ano. Em 2016, Hillary o derrotou no estado.

Esta é a terceira vez que Biden pleiteia a candidatura a presidente pelo Partido Democrata. Senador pelo estado de Delaware por quase quatro décadas, o advogado de 77 anos se aventurou pela primeira vez na disputa em 1988. Na ocasião, ele despontou como favorito, levantou o maior volume de doações, mas sucumbiu em meio a acusações de plagiar discursos e inventar fatos da sua biografia, como um diploma universitário falso e ter participado do movimento dos direitos civis dos negros, entre os anos 1950 e 1960. Àquela época, Biden se destacava pela facilidade em dialogar com os chamados baby boomers, a geração que nasceu entre os anos 1946 e 1964, no pós-Segunda Guerra. Hoje, são esses mesmos eleitores, que estão com 60 e não mais 30 anos de idade, o grande alicerce da campanha de Biden contra Sanders. O apoio dos boomers ao vice de Obama foi mais decisivo do que o apoio dos jovens ao senador esquerdista, que tem demonstrado incapacidade de se conectar com os eleitores mais velhos. Biden venceu Sanders por uma margem de 22 pontos na faixa etária entre 45 a 64 anos, e ampliou a vantagem entre os idosos. Já Sanders reinou soberano entre os mais novos, mas eles representam uma fatia menor do eleitorado.

Sanders acusou o golpe da Superterça. Visivelmente abatido, disse após as prévias que nunca uma candidatura havia ameaçado tanto o establishment como a dele, e prometeu seguir firme em campanha. Biden, por sua vez, já centrou todo seu discurso em Donald Trump, como se a batalha das primárias já estivesse resolvida. “Disseram que minha candidatura estava morta. A campanha está apenas começando. Nós vamos empacotar Donald Trump”, bradou diante de apoiadores na Califórnia. Com o afunilamento da disputa democrata, Barack Obama deve entrar aos poucos na campanha, emprestando seu prestígio a Biden. Já Trump, que não disfarçava a preferência em enfrentar Sanders em novembro, deverá reforçar seu arsenal para duelar com aquele que sempre foi visto como o principal rival. No ano passado, ele sofreu um processo de impeachment depois de buscar ajuda da Ucrânia para prejudicar Biden — o atual presidente parecia calcular, bem antes, quem seria seu maior adversário.



Para Drauzio Varella, o brasileiro deveria se preocupar muito mais com a dengue do que com o coronavírus

‘Meu negócio é a medicina’

Incensado nas redes sociais, Drauzio Varella, o médico mais famoso do país, diz que nunca entrará para a política, condena o alarmismo em torno do coronavírus e afirma que o SUS é motivo de orgulho

06/03/2020 01:42



RENATO ALVES

► OUVIR NOTÍCIA

Drauzio Varella é hoje um dos médicos mais populares do Brasil, respeitado tanto por sua trajetória na medicina quanto por seu papel como comunicador na área da saúde. Com a tranquilidade que lhe é peculiar, o também escritor e apresentador — conhecido pelo didatismo na transmissão de informações médicas para a população — tenta

disseminar uma boa nova para aqueles que, nos últimos dias, foram dominados pela apreensão. Para ele, não há motivo para pânico em relação à escalada global do novo coronavírus. Seu argumento é alicerçado em dois pilares fundamentais: a baixa incidência de casos que terminam em morte e o fato de 90% das pessoas infectadas terem sintomas de um resfriado comum. Para Drauzio, o brasileiro deveria se preocupar muito mais com a dengue. “Só temos que evitar o pânico, para não fazer com que todo mundo corra para o pronto-socorro depois de uma tosse. Se isso acontecer, aí sim teremos uma epidemia, pois o pronto-socorro é o melhor lugar para pegar coronavírus”, afirma.

Aos 76 anos, Drauzio acredita que o SUS e a rede privada brasileiras estão preparados para enfrentar a doença. O segredo, segundo o médico, é munir a população de informações sobre os cuidados a serem tomados para se prevenir da doença e como agir em caso de suspeita. Crítico ferrenho da constante troca de ministros da Saúde, o que segundo ele inviabiliza o desenvolvimento de políticas públicas, o oncologista elogia o trabalho do atual ocupante do cargo, o também médico Luiz Henrique Mandetta. “O ministro tem ido bem, e espero que permaneça assim, para poder ter essa continuidade”. Drauzio, porém, cobra mais investimento na atenção primária da saúde. Para ele, a prevenção, além de ser o melhor remédio, é a única forma viável de garantir o atendimento a uma população que envelhece cada vez mais. Elogiadíssimo nas redes sociais, que nos últimos dias o trataram como “o melhor brasileiro vivo”, o médico descarta peremptoriamente uma aventura na política. “Meu negócio é a medicina”, afirmou a **Crusoé**. Seu próximo objetivo, para além dos compromissos profissionais, é se preparar para a maratona de Londres marcada para abril. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O Brasil tem de se preocupar com a expansão do novo coronavírus?

Eu me preocupo muito mais com a dengue do que com o coronavírus. Veja a quantidade de mortes que temos todos os anos em função da dengue. Parece que a gente aprendeu a conviver com a dengue. Temos dezenas de milhares de casos espalhados pelo Brasil. Normalizamos algo que não deveria ser normal. A taxa de mortalidade do coronavírus é baixa. Na China não morreu nenhuma criança com menos de 10 anos. Acima dos 80 anos, o índice de morte é de 5%, parecido com o índice de infecções respiratórias. E 90% das pessoas infectadas têm sintomas de um resfriado comum. Não há razão para esse pânico todo.

O país está preparado para enfrentar uma possível epidemia desse vírus?

Está. Tanto a população quanto as redes pública e privadas de saúde. Só temos que evitar o pânico, para não fazer com que todo mundo corra para o pronto-socorro depois de uma tosse. Se isso acontecer, aí sim teremos uma epidemia, pois o pronto-socorro é o melhor lugar para pegar coronavírus. Por isso a informação é tão importante. Temos que manter a população muito bem informada sobre todos os cuidados, quais são os verdadeiros sintomas e como agir em caso de suspeita.

Qual é a melhor forma de prevenção?

Não tem segredo, lavar bem as mãos e, no caso dos doentes, usar máscara na rua. Mas isso depende de educação. Aí entra o papel do estado, da escola, da imprensa.

Mas todos deveriam usar máscara?

Não. É importante salientar que a máscara é só para quem está com sintomas gripais ou gripado de fato.

Bruno Santos/Folhapress



e todos correrem ao pronto-socorro depois de uma tosse, teremos epidemia"

O Ministério da Saúde está fazendo a parte dele?

Sim. O Ministério da Saúde tem feito um ótimo trabalho, não se furtando a dar as informações à população. Também tomou todas as providências necessárias até agora.

O sr. sempre criticou a grande rotatividade de ministros da Saúde. O atual, Luiz Henrique Mandetta, do DEM, está há um ano no cargo. Ele tem feito um bom trabalho?

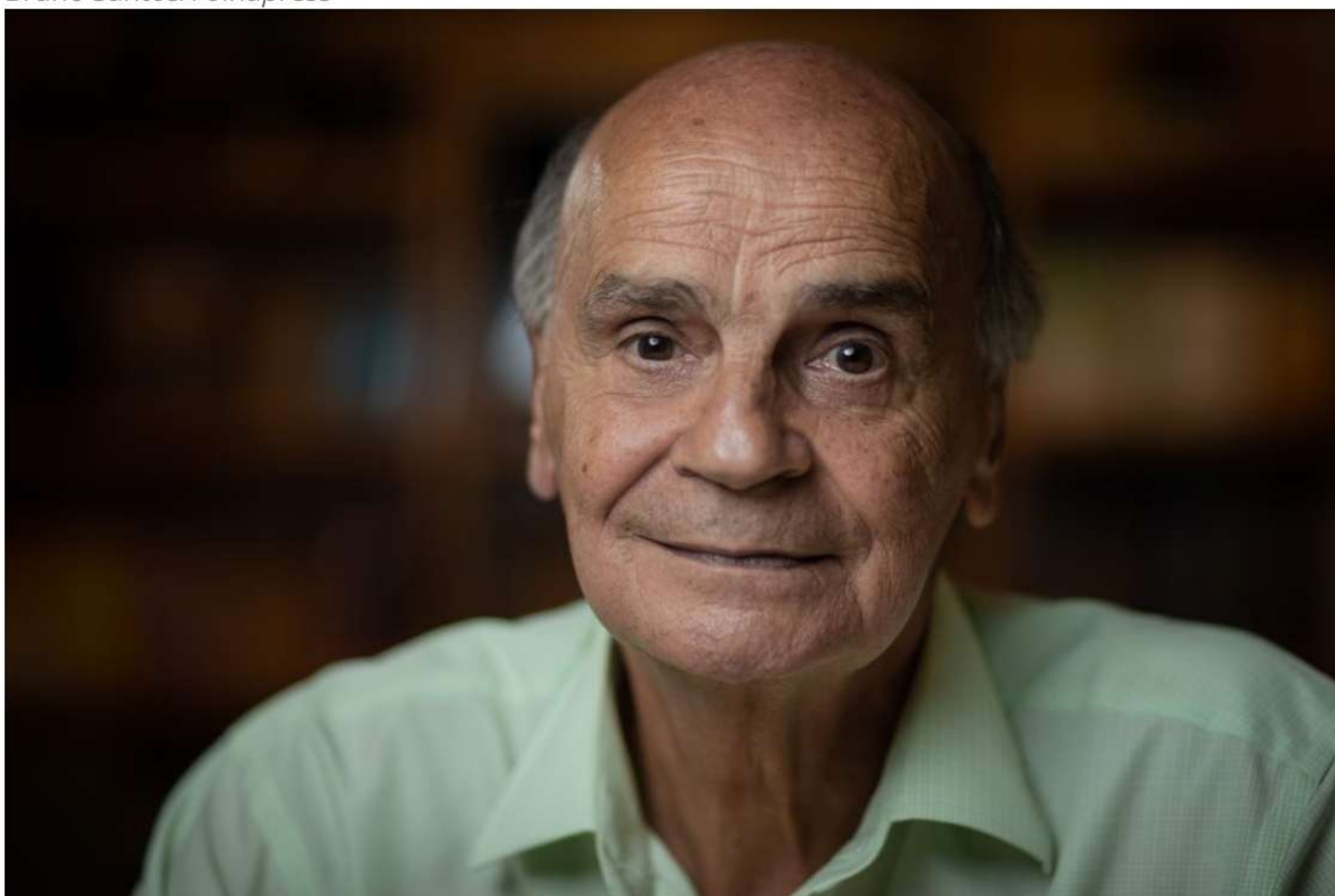
A continuidade das políticas públicas é fundamental em qualquer pasta, mais ainda na Saúde. O ministro tem ido bem, e espero que continue assim, para poder ter essa continuidade, acabar com essa loucura de a cada dez meses trocar um ministro.

Por que é tão importante que os cargos de uma pasta como a da Saúde sejam ocupados a partir de critérios técnicos?

A troca de ministro a cada dez meses explica por que nossa política pública de saúde não é digna desse nome. Espero que com o atual seja diferente, mas é difícil acreditar que mudou essa cultura das escolhas políticas. Vamos, no entanto, continuar torcendo para que as políticas da atual gestão sejam mantidas. O ministro manteve ótimos profissionais em funções essenciais. O Ministério da Saúde tem profissionais altamente qualificados, pessoal de carreira, formado nas melhores universidades do país, com pós-graduação em centros internacionais. Mas, a cada mudança de ministro, há a nomeação política dos ocupantes dos cargos de confiança. Isso é péssimo.

O que é fundamental na saúde pública?

A gente tem que se preocupar mais com a atenção primária. O Brasil tem um programa, o Estratégia Saúde da Família, que é um dos melhores do mundo. Por isso o atual governo está certo em investir cada vez mais nesse programa. O único jeito de você enfrentar os problemas de uma população que envelhece é fazer a prevenção. Também porque, ao dar atenção à saúde primária, diminuimos custos. Não existe outra fórmula: ou investimos na atenção primária para diminuir a demanda ou os mais pobres e a classe média ficarão à margem dos serviços de saúde. O SUS e a Saúde Suplementar não têm recursos suficientes para absorver os custos com o tratamento de uma população que envelhece cada vez mais.



Montam vídeos como se eu indicasse algum remédio. Isso é quadrilha”

O sr. sempre foi um defensor do SUS. Como avalia o sistema hoje?

O SUS é uma das coisas das quais o brasileiro tem de se orgulhar e brigar por ela. Trabalhei duas décadas como médico antes da existência do SUS. Naquela época, só quem tinha carteira assinada tinha assistência médica garantida pelo antigo INPS. Os demais tinham de pagar pelo atendimento ou contar com o atendimento em Santas Casas de Misericórdia e em algumas instituições religiosas. Eram poucos os hospitais públicos espalhados pelo país. Portanto, se há fila hoje, imagine antes. Aí, pergunto: se a pessoa não tem renda, como ela vai pagar por algo? Bem ou mal, o SUS tem tudo o que todos precisam. Precisa melhorar? Claro que precisa. Mas isso depende de planejamento, organização, controle, dinheiro, vontade política. Os brasileiros deveriam dar mais valor ao SUS, que, entre outras coisas, tem o maior programa de vacinação do mundo, gratuito, assim como o de transplante. Isso não existe em todos os países. Aliás, não existe em quase nenhum. E estamos falando de um país continental, com 210 milhões de habitantes. Não há nenhum outro país no mundo com mais de 100 milhões de habitantes que ousou oferecer saúde pública gratuita para todos.

Por que há tantos problemas, como as filas?

Porque a assistência primária é falha. As pessoas vão ao pronto-socorro porque não conseguem atendimento na UBS (Unidade Básica de Saúde). De 80% a 90% dos casos atendidos em um pronto-socorro poderiam ser resolvidos em uma UBS. Mas lá faltam médicos e enfermeiros. É aí que falta o planejamento, falta organização do estado.

O sr. tem ganhado cada vez mais visibilidade nas redes sociais. Já passou pela sua cabeça entrar para a política?

Nunca pensei nisso, meu filho. Meu negócio é a medicina. E o que mais gosto de fazer é praticar a medicina com as mãos. Além disso, escrevo os meus livros, faço as minhas palestras, as minhas participações em reportagens. Gosto de educar, meu trabalho é educativo. Ah, também corro, inclusive maratonas. Já está bom demais para um senhor da minha idade, né?

Canal Unico! O Jornaleiro

Com tanta exposição, o sr. já foi alvo de fake news?

Fui e sou constantemente. As piores são as propagandas falsas de remédios com a minha imagem. Usam fotos minhas e até montam vídeos como se eu indicasse algum remédio. Isso é coisa de uma quadrilha. Já denunciemos várias vezes ao Instagram, Facebook e Twitter. Tiram a propaganda do ar, mas logo os bandidos aparecem com outra. Quero deixar claro que não faço propaganda de medicamento. Nunca fiz. Não caiam nessa.

Mais 'rachid'

06/03/2020 01:42

► OUVIR NOTÍCIA

A explicação para a demora do Ministério Público em levar à Justiça a acusação formal contra os envolvidos nas transações financeiras suspeitas com Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, não é nada agradável para a família presidencial: a denúncia ainda não foi finalizada porque os promotores ampliaram a lista de investigados. Antes, havia onze ex-assessores com endereço em Resende, cidade do interior do Rio, sob a lupa do MP. Esse número aumentou nas últimas semanas. Todos são ligados a Ana Cristina Siqueira, ex-mulher de Jair Bolsonaro.

Adriano Machado/Crusoe



filho 01 do presidente: mais gente sob investigação

Batendo cabeça

06/03/2020 01:42

► OUVIR NOTÍCIA



A defesa de Flávio Bolsonaro anda batendo cabeça no Tribunal de Justiça do Rio. Na segunda-feira, 2, Frederick Wassef, que se apresenta como o principal advogado do filho do presidente, entrou com um recurso que pode ter efeito contrário ao do habeas corpus protocolado no mesmo dia pela advogada Luciana Pires, também integrante do time de defensores do senador. O objetivo, nos dois casos, é paralisar a investigação em que Flávio é suspeito de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Mas enquanto o HC busca o foro privilegiado, tentando levar o caso do “rachid” para o órgão especial do TJ, sob o argumento de que o filho 01 de Bolsonaro era deputado à época das transações, o pedido de Wassef insiste na tese, já rejeitada uma vez pelos desembargadores, de que ele teve o sigilo bancário violado sem autorização judicial. Se o advogado tiver sucesso desta vez, a apuração pode até voltar à estaca zero, mas deverá seguir na primeira instância.

Canal Único! O Jornaleiro



Frederick Wassef, à esquerda: divergências na estratégia de defesa

Na mira dos olavistas

06/03/2020 01:42

► OUVIR NOTÍCIA

Não é só Regina Duarte que está sob a artilharia dos seguidores do guru Olavo de Carvalho. O ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, também entrou na alça de mira. Os ataques já começaram nos bastidores e, em breve, devem ganhar as redes sociais. A turma atribui ao general a articulação para minar os poderes dos apadrinhados de Olavo no governo e diz que foi ele quem difundiu na imprensa o epíteto “Gabinete do Ódio”, usado para designar o grupo responsável por coordenar as estratégias do Planalto na internet. Há, inclusive, um esforço para azedar a relação entre Ramos e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o também general Augusto Heleno. Os olavistas dizem que ele tem espalhado, nas coxias, o que seria o novo apelido de Heleno: “general Augusto Veneno”.

Adriano Machado/Crusoé

Canal Unico! O Jornaleiro



ministro Ramos: intrigas agora e campanha à vista nas redes olavistas

Na manhã desta sexta-feira, 6, o futuro presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, e o presidente do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha, farão uma “análise econômica do direito” para seleta plateia no hotel Fasano, no Rio. Será mais um dos muitos eventos organizados por entidades pouco conhecidas do grande público que se dividem entre coletar patrocínios privados e convidar magistrados, geralmente com tudo pago, para encontros com empresários e advogados. Desta feita, a organização é do Instituto Justiça & Cidadania, um dos mais ativos nesse front atualmente. O coordenador do evento, intitulado “Conversa com o Judiciário”, é outro ministro do STJ, Luiz Felipe Salomão. O convite, “pessoal e intransferível”, foi distribuído para gente escolhida a dedo e registra: “após o encontro, você será nosso convidado a almoçar no Restaurante Fasano Al Mare”. Não há menção a patrocinadores. O hotel e o restaurante são os mais estrelados da orla carioca.

Canal Único! O Jornaleiro

STF



Luiz Fux é a grande estrela do encontro

Os sinais de Moro

06/03/2020 01:42

► OUVIR NOTÍCIA

Sergio Moro tem deixado cada vez mais claro, em conversas com parlamentares, que não faz parte de seus planos ser candidato em 2022. O gesto tem sido entendido pelos interlocutores como um cuidado extra para dirimir a desconfiança de que ele poderia, mais adiante, lançar-se como uma opção a Jair Bolsonaro na corrida presidencial. Ao mesmo tempo, é visto como uma sinalização de que o ministro quer mesmo uma das próximas vagas no Supremo.



Sergio Moro: confidências a congressistas

Namoro subsidiado

06/03/2020 01:42

► OUVIR NOTÍCIA



Gleisi Hoffmann usou dinheiro público para viajar de Brasília ao Rio de Janeiro em 8 de dezembro de 2019, um domingo. Naquele dia, o ex-senador fluminense Lindbergh Farias, com quem a presidente do PT está namorando, celebrava 50 anos de idade. O bilhete eletrônico apresentado para obter reembolso da Câmara mostra que a deputada petista desembarcou às 14h10 no aeroporto Santos Dumont. Seis horas depois, tomou outro voo para São Paulo, também bancado pelo erário. Custo total do “dating flight”: 2.829,91 reais. Na semana anterior, Gleisi já havia ficado hospedada por três dias em um hotel na Lapa, bairro boêmio do Rio. O pacote de viagem, aéreo mais hospedagem, custou 3.950 reais. Essa conta também foi para os cofres públicos.

Pedro Ladeira/Folhapress



Gleisi e Lindbergh: encontro às expensas do contribuinte



DIOGO MAINARDI NA ILHA DO DESESPERO

Bananas

06/03/2020 01:42

► OUVIR NOTÍCIA

Sempre que sacaneio Jair Bolsonaro, um petista me acusa de ter colaborado para sua vitória. É mentira, claro. Quem elegeu Jair Bolsonaro foi o departamento de propinas da Odebrecht. Nosso site só mostrou o que havia lá dentro. E dentro do tríplice. E dentro do sítio.

Canal Unico! O Jornaleiro

Sim, fui o primeiro a publicar o codinome de Lula nas planilhas da empreiteira. Para dar mais dramaticidade àquele momento, ajoelhei-me à beira do campo de futebol de meu filho. Em 2016, porém, eu ignorava Jair Bolsonaro, assim como ignoro, nesta legislatura, a deputada federal Daniela do Waguinho – embora ela possa se tornar, daqui a alguns anos, presidente da República. Talvez melhor do que o atual.

É verdade que nosso site, desde o primeiro instante, tratou com seriedade a candidatura de Jair Bolsonaro. É verdade também que o entrevistamos um monte de vezes. Imediatamente depois de sua posse, no entanto, ele passou a desconfiar de nós, estimulado por seu filho lelé, que tem uma tara por *O Antagonista*. O filho lelé acredita que passo o dia conspirando para derrubar o governo. Na verdade, é infinitamente mais desolador do que isso: passo o dia lendo os arroubos delirantes do próprio filho lelé.

A imprensa se pergunta até quando o governo de Jair Bolsonaro vai durar. Eu, modestamente, pergunto-me até quando vou durar com o governo de Jair Bolsonaro. A resposta é óbvia: eu morro antes. Por favor, filho lelé, mande um cacho de bananas para o meu funeral.

O menino e a peste

06/03/2020 01:42



MARIO SABINO



► OUVIR NOTÍCIA

Aos doze anos, eu achava que morreria de meningite meningocócica. Uma epidemia da doença grassava na cidade de São Paulo, o mundo sabia, mas o regime militar não deixava os jornais noticiarem. Saiu o general Emílio Garrastazu Médici, entrou o general Ernesto Geisel, e o meu medo de morrer de meningite meningocócica aumentou. Não só a epidemia piorara exponencialmente — houve mês com mais de 2 mil novos casos registrados —, como os jornais tiveram permissão para falar no assunto, ainda que com restrições. Até que diante da gravidade do quadro geral que atingia principalmente crianças, o regime militar concluiu que a censura à imprensa, total ou parcial, não resolvera o problema de saúde pública e importou vacinas da França.

Essas vacinas nunca haviam sido testadas massivamente, e não demorou para que se espalhasse o boato de que nós, os vacinados, morreríamos como cobaias. Apesar desse outro medo disseminado, lembro da alegria de receber a vacina contra a meningite meningocócica, com aquele revólver que paradoxalmente infundia vida, numa agência dos Correios transformada em posto de saúde improvisado. Foi um dos dias mais felizes da minha infância (ainda não haviam inventado a pré-adolescência), o que dá o grau da minha felicidade desde sempre.

Antes de tomar a vacina, eu adotara precauções próprias para evitar a meningite meningocócica. Passei a rezar mais do que o estabelecido pelos padres com os quais eu era obrigado a me confessar uma vez por mês (a porta da igreja era encimada pela frase “sinite parvulos venire ad me”, popularizada como “vinde a mim as criancinhas”, que eu julgava premonitória da minha infecção meningocócica). Como Deus não fazia por menos de quatro pecados, e eu não era um pecador como hoje, eles eram sempre má-criação, desobediência, troca de sopapos com os meus irmãos e sonsidade. No limite. A penitência era

proporcionalmente branda, mas, com medo da doença, lancei mão do meu livre-arbítrio e dobrei a dose de pai-nossos, ave-marias e atos de contrição receitados pelos confessores. Passei a ter pensamentos impuros somente depois de tomar a vacina — e tendo a crer que ela me livrou das confissões, além dos meningococos. A ciência destrói a religião.

Experimentei, quando menino, a epidemia de meningite meningocócica na década de 1970 como se fosse um europeu assombrado pelas pestes que dizimavam milhões de pessoas na Idade Média e séculos imediatamente posteriores. A palavra “peste” é de exatidão rara. Expressa, sem atenuações, o sentimento que mistura ameaça, horror, medo, paranoia e superstição causado pelo mal invisível que se precipita para nos ceifar a vida. O termo “praga” é bom, mas pode ser aplicado a insetos e animais em excesso. Não tem a mesma força. Os vocábulos médicos “epidemia”, “pandemia” e “surto” são eufemismos higienizados. A ciência destrói a língua.

Quando as pestilências eram associadas a castigo divino, bem antes da revolução sanitária, ocorria um efeito interessante: ao desaparecer, elas deixavam as pessoas moralmente piores, como se merecedoras de mais punição. A licenciosidade imperava durante certo tempo. No seu relato sobre a peste de Milão, que dizimou boa parte da população da cidade em 1630, o cardeal Federico Borromeo dedica um capítulo ao tema. Ele diz que “antes de mais nada, esse mal pode ser causado por uma certa alegria que explode inoportunamente em função do perigo evitado, e os sentidos ávidos parecem querer ressarcir a perda desses prazeres dos quais foram privados, como depois da fome os homens desejam a comida com excessiva intemperança. Outra causa pode ser a dissolução da disciplina civil, que costuma ser a melhor guardiã dos costumes. De resto, a própria disciplina civil foi dissolvida pelo fato de que, seja a mulher sem o marido, sejam os filhos sem os pais, abandonaram os freios e aos magistrados não foi mais lícito aplicar a lei”. Federico Borromeo e a peste de Milão entraram para a literatura via Alessandro Manzoni, em *Os Noivos*, romance histórico publicado em 1827. Era leitura obrigatória nas escolas italianas, assim como *A peste* nas escolas francesas. Não sei se continuam a ser. Devem ler resumos mastigados, como ocorre com os clássicos brasileiros.

A peste é um romance do francês Albert Camus, autor que já visitou esta coluna. Foi publicado em 1947. Com a epidemia de coronavírus, livrarias na França e na Itália esgotaram os seus estoques de exemplares da obra. A história é sobre uma peste bubônica que se alastra na cidade de Oran, na Argélia então francesa. Tudo começa com o doutor Bernard Rieux que tropeça num rato morto na saída do seu consultório. Dois dias depois, “as fábricas e os depósitos vomitaram centenas de cadáveres de ratos. Em alguns casos, foi necessário acabar de matar os bichos, pois sua agonia era demasiado longa (...) A partir do quarto dia, os ratos começaram a sair para morrerem em grupos. Dos porões, das adegas, dos esgotos, subiam em longas filas titubeantes, para virem vacilar à luz, girar sobre si mesmos e morrer perto dos seres humanos. À noite, nos corredores ou nas ruelas, ouviam-se distintamente os seus guinchos de agonia”.

Apesar dos ratos mortos e dos primeiros homens a sucumbir à doença, o cotidiano insiste em manter a sua marcha monótona em Oran, com todos se recusando a ver o que estava diante dos olhos. O panorama só muda quando se inicia a empilhar cadáveres humanos e a cidade entra em quarentena, como a chinesa Wuhan. Ao final, epidemia debelada, enquanto os cidadãos festejam, o doutor Bernard Rieux lembra o que a multidão ignorava: “o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E (*Rieux*) sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz.”

A Peste é interpretado como metáfora da França ocupada pelos nazistas, na Segunda Guerra Mundial, e do totalitarismo que se mantém em estado latente, continuamente à espreita. Ao ler o livro, no entanto, o que reencontrei nele foi mesmo a minha angústia de menino de doze anos com medo de morrer de meningite meningocócica. Se a histeria com o coronavírus está levando um monte de gente a comprar *A Peste*, trata-se de efeito colateral positivo. Lave as mãos, não tussa ou espirre sem proteger a boca com o cotovelo — e leia ou releia o livro de Albert Camus. A literatura às vezes funciona como remédio.

A estupidez polarizada

06/03/2020 01:42



CARLOS FERNANDO LIMA



► OUVIR NOTÍCIA

Vivemos num tempo de estupidez polarizada. Nada mais revelador dessa atual pobreza de espírito que um político fanfarrão sendo alvejado por amotinados enquanto tentava romper ao volante de uma retroescavadeira um bloqueio ilegal de acesso a um quartel. Errados dos dois lados, tomando decisões equivocadas e aplaudidos por uma rede de apoiadores maniqueístas. Esse é o atual retrato do Brasil. E por ser contra esse estado de coisas que aceitei escrever quinzenalmente uma pequena coluna aqui na **Crusoé**.

A minha proposta para esta coluna é falar do Brasil de uma forma vibrante e apaixonada, mas apoiada em fatos e no interesse da sociedade brasileira, e não em interesses particulares, mesmo que legítimos. É uma promessa bastante difícil, com certeza, quando o que vemos no dia a dia é uma luta por espaço, poder ou dinheiro travestido da busca do interesse público. Mas esse é o compromisso que assumo perante os leitores desta revista.

Enfim, a proposta é escapar da estupidez, do maniqueísmo, da manipulação e da obviedade, tentando ajudar a recuperar um espaço livre de discussão, onde haja o respeito aos diversos pontos de vista sem que se deixe de criticar o que entender como errado, pois, mesmo não existindo verdades absolutas, nem todas as colocações são igualmente válidas. Não se pode substituir o maniqueísmo absolutista das ideologias por um relativismo inconsequente. Seja como for, é preciso se posicionar.

Talvez muitas pessoas questionem se todo esse discurso não está em contradição com minha história como procurador da República. Muitos querem acreditar que a Operação Lava Jato, investigação da qual participei com brilhantes colegas, foi dirigida contra um determinado partido político. Entretanto, o que posso afirmar sem medo é que essa

operação foi uma investigação republicana. Se há algo que essa operação demonstrou foi que os esquemas de corrupção transcendem partidos específicos, espraiando-se por todo o espectro ideológico, da esquerda à direita. Trata-se de uma forma aceita – por eles – de financiamento de campanhas eleitorais milionárias e de manutenção e controle de estruturas partidárias. Ou seja, a Lava Jato revelou que nós pagamos um imposto chamado corrupção, seja na Petrobras, seja na rachadinha dos gabinetes parlamentares, para que eles nos governem.

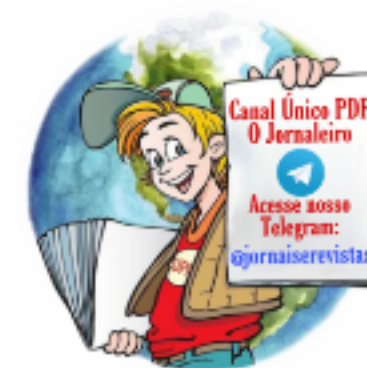
As investigações, portanto, descobriram crimes do colarinho branco, especialmente corrupção, nos principais partidos brasileiros, em governos federal, estaduais e municipais, sejam da situação ou da oposição, e em grandes empresas. Das obras dos estádios para a Copa do Mundo, da compra de vaga para Olimpíadas, de obras viárias e investimentos de empresas públicas, de tudo, até medidas provisórias, lideranças partidárias, membros dos diversos governos e empresários comercializavam nos corredores de palácios e quartos de hotéis de luxo. Aquilo que intuíamos há muito revelou-se ainda mais grotesco e nefasto. A corrupção, se não estava matando o Brasil, estava tornando nosso país aquela figura triste do Jeca Tatu, um pobre emaciado, acorado e sem forças devido aos males que o afligiam.

Mesmo que ainda sofrendo dessa maleita, não há mais possibilidade de se acobertar a doença revelada pela Lava Jato. Mesmo com todos os ataques que as investigações vêm sofrendo, inclusive com o uso abusivo de ilícitas interceptações de dados, nada foi descaracterizado. O brasileiro sabe o que aconteceu. Sabe que houve roubo, sabe que houve propina, sabe que houve crime, digam o que quiserem os supremos togados da nação, mesmo que neguem as almas mais honestas da nação. Mesmo com todas as tentativas de constranger membros do Ministério Público com inúmeros procedimentos para que não continuem informando a população, ninguém sensato duvida do imenso saque que os brasileiros sofreram.

Infelizmente, não bastasse matar pessoas em filas dos hospitais ou por falta de saneamento ou segurança pública, esse poder econômico que a corrupção confere a alguns vem destruindo nossa democracia. Elege-se em sua maioria aqueles que têm acesso à máquina de corrupção. Pessoas sensatas, que buscam o interesse público, mas que não têm acesso a esses recursos, são alijadas do processo. A democracia transforma-se em demagogia pela mão dos caciques partidários. Esse processo de decadência das nossas instituições democráticas é menos percebido, mas é mais pernicioso que os efeitos econômicos da corrupção pública.

Felizmente o espaço democrático da liberdade de manifestação e de imprensa, e especialmente o desta revista, não foi ainda tomado, apesar das tentativas de censura de alguns ministros do STF contra ela. Foi o espaço das redes sociais, mesmo com todos os seus problemas, e da imprensa, mesmo com todos os seus interesses, que permitiu que a história não fosse encoberta, como o foram tantas investigações do passado. E é este espaço que continuará a servir de veículo para se buscar o bom senso, o respeito e a ponderação, mas também de não se conformar com o malfeito, o errado e o criminoso. Pretendo, pois, participar desse processo e falar dos fatos que diariamente atentam contra o interesse dos brasileiros, revelando os sofismas pelos quais são vendidas inverdades para a população, são disfarçados interesses escusos e são criados falsos mitos.

Assim, meu compromisso é com a ética e com a busca de um país republicano e democrático. A caneta é mais poderosa que a espada. Usarei da palavra para ferir interesses escusos. Usarei daquilo que acredito para descerrar máscaras. Prefiro errar pelo excesso que pelo silêncio, pois “pecar pelo silêncio, quando se deveria protestar, transforma homens em covardes” (Abraham Lincoln).



RUY GOIABA

Livrai-nos do Mala Man

06/03/2020 01:42

► OUVIR NOTÍCIA

Vocês conhecem a piada, que já é antiga: criança ouve o final do Pai-Nosso (“não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal, amém”) e vai perguntar a algum adulto quem é esse MALA MAN e por que pedimos a Deus que nos livre dele. Pois bem: cada vez mais acredito que o Mala Man é uma entidade real. Uma espécie de super-herói cujo superpoder consiste em tornar muito mais chato tudo aquilo que toca; um rei Midas da chatice.

Anos atrás, um meme popular em países de língua inglesa era o da “regra 34” da internet, que diz: *if it exists, there is porn of it*. Se alguma coisa — qualquer coisa — existe, forçosamente uma versão pornô dessa coisa existirá em algum canto mal iluminado da internet. Essa regra vem sendo revista diariamente, para pior, nas redes sociais: se alguma coisa existe, pode ser PROBLEMATIZADA, não importa quão estúpida ou insignificante seja. Tudo isso é obra do Mala Man.

O Mala Man vê pessoas referindo-se a uma peça de roupa feminina como tomara-que-caia e decreta — de cima para baixo, para esse povão ignorante ver se aprende — que a expressão é sexista e deve ser imediatamente substituída por “blusa sem alças”: já tem até campanha de marca de roupa defendendo a troca. Em fevereiro, como sabemos, o Superchato viu pessoas se divertindo no Carnaval e, *shazam!*, disparou seu raio problematizador, para que você fantasiado de mulher, índio ou árabe tomasse vergonha na cara.

Pessoas atingidas pelos raios do Mala Man são incapazes de apreciar um livro, filme, série, pintura ou escultura sem um atestado de bons antecedentes — melhor ainda, de santidade — de quem produziu as obras. E coisas populares são um ímã irresistível para a chatice dessa gente, porque permitem proclamar sua superioridade moral em relação à humanidade. Não basta não gostar de futebol, por exemplo: é preciso fazer o discurso “não sabe que eles te roubam enquanto você grita gol?”. O Mala Man ama discurso, textão, ama sobretudo o que Philip Roth chamava de “êxtase da santimônia”, essa droga poderosa.

Nem santos laicos como Drauzio Varella, o entrevistado da **Crusoé** nesta semana, conseguem escapar dos superpoderes do Supermala. O Doutor Auzio vai a uma penitenciária, conversa com uma detenta trans e soropositiva, ouve que ela não recebe visitas há sete anos ou mais e lhe dá um abraço. Belo gesto, certo? Não para os infectados pelo Mala Man, porque, veja bem, é mais fácil vocês se identificarem com o homem branco hétero que abraça do que com a trans abraçada, isso pode mascarar a gravíssima situação das prisões brasileiras etc. etc. Como se vê, é um novo coronavírus de chatice — só que MAIS letal.

E qual seria a kryptonita para o Superchato? Acredito que o humor seja uma boa resposta; não se levar a sério demais também ajuda. “Pois é do coração dos homens que procedem os maus pensamentos, as prostituições, os furtos, os homicídios, os adultérios” — e, faltou a Bíblia dizer, o Mala Man, talvez a mais intolerável das desgraças dessa lista. Portanto, mate seu Mala Man interior e esconda bem escondido o cadáver: a humanidade agradecerá. Amém.

A GOIABICE DA SEMANA

Nesta semana, a competição foi bastante acirrada. Tivemos, por exemplo, Regina Duarte informando que cultura “é aquele pum produzido com talco, espirrando do traseiro do palhaço e fazendo a risadaria feliz da criançada”. Nem reclamo muito: vejo até progresso em relação àquele blá-blá-blá de Roberto Alvim sobre a “nobreza dos nossos mitos fundantes”. Entre o Goebbels do Baixo Augusta e o pum da Regina, estou com os palhaços peidorreiros e não abro.

O campeão, porém, foi mesmo o palhaço amador que ocupa o Planalto colocando um palhaço profissional — o Carioca do Pânico — na frente dos jornalistas para se esquivar de perguntas sobre o pibinho murcho. Jair Bolsonaro poderia colocar logo o Carioca para governar de uma vez, já que essa é uma tarefa que o capitão parece não gostar de cumprir. O imitador não tem graça nenhuma, mas talvez seja mais presidencial e não entregue a rapadura à dupla Maia & Alcolumbre enquanto posa de machão nas redes sociais.



Carioca em pose presidencial no Planalto; o original ainda provoca mais risos

Autoritarismo "do bem" na USP

06/03/2020 01:42



LEANDRO NARLOCH

Leandro Narloch é jornalista e autor do 'Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil'.



► OUVIR NOTÍCIA

As universidades já não são referência de bom senso (se é que já foram). Não dá mais para confiar nelas como uma âncora de moderação da sociedade. Uma amostra recente disso é a decisão da Faculdade de Direito da USP – onde estudaram treze presidentes brasileiros – de reservar cotas para mulheres em todos os debates e palestras.

A partir de agora, pelo menos 25% dos expositores, debatedores, mediadores e oradores em geral terão que ser mulheres. Um “Comitê de Diversidade de Gênero” fiscalizará e avaliará os eventos – e poderá negar autorização do uso de anfiteatros ao evento que não cumprir a cota mínima.

Todo mundo concorda que mais diversidade étnica, religiosa e de gênero faz bem ou pelo menos não prejudica. É bom ter mais mulheres e gente de origem diferente na sala de aula. Isso é um problema nas universidades brasileiras, geralmente provincianas, com pouquíssimos estrangeiros se comparadas às da Europa e dos Estados Unidos. Também falta diversidade ideológica (questão que as universidades públicas, imersas no socialismo, ignoram).

Mas para atingir essa diversidade não vale a pena sacrificar um direito tão caro e fundamental quanto a liberdade de associação. Não vale a pena proibir ou censurar eventos que só tenham debatedores homens. Atentar contra a liberdade de associação é censura politicamente correta.

A esquerda costuma dizer que o Brasil vive um autoritarismo de direita. Um exemplo muito citado é a censura que o presidente Bolsonaro impôs, no ano passado, à propaganda do Banco do Brasil que exibia jovens que pareciam gays. Outro foi a recusa de Roberto Alvim, quando era diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte, de dar espaço a uma peça de teatro de esquerda.

Por trás do autoritarismo há o que eu chamo de Síndrome do Obrigatório e Proibido. Quem sofre desse mal quer proibir o que não gosta e tornar obrigatório o que gosta.

A síndrome, como mostra a decisão da Faculdade de Direito da USP, não acomete só parte da direita. As feministas da faculdade não gostam de eventos só com homens – por isso querem proibi-los. Gostam de eventos com mulheres – então querem torná-los obrigatórios. É o autoritarismo “do bem”.

A regra restringe a liberdade sem necessidade. Tenho certeza que as mulheres que estudam e trabalham no Largo São Francisco não precisam de cotas para protagonizar eventos. Uma delas, a professora Janaina Paschoal, não precisou de cotas para se tornar uma das personalidades mais influentes da nossa política recente.

Mas é interessante imaginar se a moda pega e outros grupos começam a reivindicar cotas nos eventos universitários e nos cargos de liderança. Evangélicos são mais de 30% da população brasileira, mas menos de 10% dos estudantes de universidades públicas. Católicos, conservadores, liberais e pessoas vindas do campo também são subrepresentados – deveríamos reservar cotas para eles?

O caso dos asiáticos nas universidades americanas é interessante. São super-representados – há proporcionalmente mais chineses e japoneses na sala de aula que na população. Nos eventos e nas posições de liderança, porém, os asiáticos somem. Seria o caso de criar uma discriminação positiva para incentivá-los a participar dos eventos?

Pensando bem, estou começando a gostar da ideia. Precisamos de cotas para pessoas sensatas na Faculdade de Direito da USP.

Canal Único PDF O Jornaleiro



Cadê o Jornaleiro, gente?!
Acesse nosso Canal no Telegram:
t.me/jornaiserevistas ou [@jornaiserevistas](https://t.me/@jornaiserevistas)